



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PARECER JURÍDICO

De: Procurador do Legislativo

Para: Câmara Municipal de São Mateus do Sul.

Assunto: Projeto de Lei nº 024/2022

Proponente: Poder Executivo

Súmula: Institui a Semana de Incentivo à Agroecologia no Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná e dá outras providências.

Relatório da justificativa encaminhada.

O Projeto de Lei dispõe sobre a semana da agroecologia na qual objetiva realizar a divulgação dessa tão importante atividade bem como a conscientização, ampliação de conhecimentos técnicos e incentivos a construção coletiva de políticas públicas. Tal semana contará com seminários, cursos, feiras temáticas, palestras em escolas, atividades culturais etc. sendo que será comemorada na semana em que compreender 24 de julho, dia em que foi publicada a Lei nº 11.326/2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

É o relatório, passo a análise e manifestação.

FUNDAMENTAÇÃO

O artigo 7º, I, da Lei Orgânica Municipal dispõe que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, dispositivo possui regra simétrica com o artigo 30 da Constituição Federal. Em que pese a difícil conceituação de interesse local, por ser termo abstrato cabendo ao intérprete da lei, tal termo diz respeito diretamente as necessidades imediatas da população, tais como: saúde, educação, assistência social.

O princípio da legalidade é a norte de atuação do administrador público, diferentemente do particular a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei autoriza. Nesse sentido, em toda ação governamental deve se haver uma lei criteriosa que autorize a conduta do gestor público, sob pena de incorrer na prática de improbidade administrativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO JURÍDICO

A proposição se reveste de interesse público e tanto Executivo quanto Legislativo podem legislar sobre o tema.

Do procedimento Legislativo

A proposição deve ser encaminhada para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para emissão de parecer. O quórum para aprovação é maioria simples, presente a maioria absoluta dos vereadores. A proposição se encontra em regime de tramitação normal.

É o parecer.

São Mateus do Sul, em 17 de maio de 2022.

WELLINGTON ALVES FARIAS

Portaria nº 005/2013

OAB-PR Nº 66.813